

O ARQUÉTIPO DA GRANDE MÃE E A RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA NA LITERATURA

Data de aceite: 01/03/2023

Marcilene S. Cervantes

PPGLETRAS

(UNEMAT/Sinop – MT)

<http://lattes.cnpq.br/2233427458625096>

Shirlene Rohr de Souza

Profa. Dra. PPGLETRAS

(UNEMAT/Sinop – MT)

<http://lattes.cnpq.br/2699049658791689>

Eliane Inês Kulkamp Eyng

Graduada em Letras

(UNEMAT/Sinop – MT)

<http://lattes.cnpq.br/3457518051504880>

RESUMO: Este artigo trata do feminino e sua relação com o masculino. O objetivo é percorrer caminhos que levaram à noção de inferioridade das mulheres e as lutas empenhadas por elas para transformar essa realidade. Neste sentido, no decurso do texto, algumas questões são abordadas com a finalidade de mostrar a estrutura social desfavorável ao feminino: a sociedade patriarcal, os valores institucionais pautados pela visão masculina, a resistência conservadora. O principal referencial teórico é Neumann (2021), com o arquétipo da ‘Grande Mãe’; além dele, outros pensadores entram no diálogo, tais

como Garcia (2015), Wollstonecraft (2015), Lerner (2019), Ingrasiotano (2018) entre outros que veem na literatura um meio de combate às injustiças que recaem sobre a mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Feminino; identidade; arquétipo; igualdade.

ABSTRACT: This work is about the female and its relationship towards the male. The goal is to walk through ways that led to the notion of women inferiority and their fight to transform this reality. In this sense, along the text, some issues shall be addressed aiming to demonstrate the unfavorable reality to the female: the patriarchal society, the institutional values dictated by the male perspective, the conservative resistance. The main theoretical referential is Neumann (2021), with the archetype of the “Great Mother”; besides him, other thinkers join in, such as Garcia (2015), Wollstonecraft (2015), Lerner (2019), Ingrasiotano (2018), among others that see in Literature a means to fight the injustices that fall upon women.

KEYWORDS: Female, identity, archetype, equality.

1 | INTRODUÇÃO

Sabe-se que a história de vida das mulheres ao longo do tempo tem sido de subserviência e anulação de seus direitos, estes implicados ao poder patriarcalista. Mesmo hodiernamente, com muita luta, as mulheres ainda se mantêm numa posição de inferioridade em relação ao sexo oposto. Este artigo discute essa realidade desfavorável às experiências sociais das mulheres, à luz de teorias que apontam as estruturas mentais que ainda asseguram o distanciamento entre masculino e feminino.

Erich Neumann, em seu livro *A grande mãe* (2021), defende que a vida da mulher nem sempre foi de sujeição, pois a sexualidade feminina estava ligada ao sagrado, por ser a mulher a portadora da vida. Casilda Bustos (2020) ressalta que a partir do fortalecimento da cultura patriarcal, o feminino perde o caráter sagrado, não só porque o masculino se entende como parte desse processo, mas pelo fato de que a procriação passa a ser identificada com a natureza animal.

Ao enfraquecer o papel da mulher, o que se tem em vista é sua sujeição em ambiente masculino, na qual ela é constrangida a abdicar de seus próprios desejos e ambições, em favor das instituições, que são patriarcais em todo seu funcionamento e em toda sua estrutura, a começar pela família.

À vista disso, subjaz ao inconsciente coletivo camadas de inverdades que funcionam, de forma eficiente, nos dispositivos de assujeitamento social e psicológico da mulher. Essas inverdades são sustentadas por falácias difundidas em toda esfera de convivência: a mulher é frágil, mais sensível e foi feita para a família. Esses mecanismos são ferramentas de opressão e de injustiça contra a mulher.

Na contramão dessas noções, entende-se que as mulheres podem decidir por si mesmas os lugares que querem ocupar, sem aval masculino. Emancipadas do universo regido pelo masculino, não precisam ser realocadas ao lugar de sagrado, mas precisam se posicionar em lugar de autonomia social, tomando decisões sobre seu corpo e suas ações.

Embora a história revele o domínio do masculino sobre o feminino, a mulher tem sido parte integrante da evolução da Humanidade, e mesmo não reconhecida nesse contexto, a cada dia seu protagonismo rompe barreiras, integrando-a a espaços antes imaginados socialmente.

2 | A GRANDE MÃE E A PUNIÇÃO DO FEMININO COMO SER GERADOR DA VIDA

Em muitos símbolos arquetípicos da *Grande Mãe*, a mulher é representada na dualidade, terra e vida, em uma relação de simbiose. Expressando a natureza como matéria física, terrena e corpórea, bem como a natureza divina, representante da “mãe” do mundo, ela é em si a figura primeira que origina seu oposto. Conforme pontua (NEUMANN *apud* BACHOFEN, 2014, p. 53):

A mulher é, o homem será. Onde o princípio é a terra, a substância maternal básica. Do seu colo maternal surge então a criação e só nesta se mostra uma geração separada, só nesta a formação masculina vem à luz do dia. Portanto, mulher e homem não aparecem ao mesmo tempo; não são da mesma ordem a mulher é o dado, sendo o homem saído da mulher, o que veio-a-ser em dois.

Antes de tornar-se homem, o masculino é filho, logo, seu poder criador foi dado pelo feminino, pois o “pai” só surge por intermédio deste. Sendo assim, o homem é “criatura e não o criador”, afirma Bachofen (2014).

Para Neumann (2021), o arquétipo feminino é, portanto, o gerador da consciência humana, de modo que o arquétipo da Grande Mãe, não só forma e alimenta a parte consciente da psique humana, mas gera tensões semelhantes à relação mãe e filho na vida real. No masculino, o arquétipo feminino também age na formação da *anima* que, de acordo com Carl Jung (2000), é o lado feminino individual de cada psique masculina, tendo em vista que as emoções prevalecem na maioria dos aspectos femininos, devido a seu caráter universal que é baseado na relação física entre mãe e filho.

Joseph Campbell (1998) afirma que a permanência de um período mais longo no seio materno gera conflitos na psique humana, os quais são resultados da falta de preparação para a vida adulta, isso devido aos enfrentamentos do indivíduo no mundo. É natural que, para defender-se dos perigos, o filho recorra à mãe, todavia, um prolongado período intrauterino pode provocar sérios conflitos na psique deste indivíduo.

Entende-se esse processo a partir do complexo de Édipo, com Freud (FREUD, 2007, *apud* CAMPBELL), para quem a figura edipiana simboliza os relacionamentos humanos, visto que a rivalidade gerada ao sexo oposto surge na infância, como expressão de um desejo. Partindo desse pressuposto, o mito pode fazer alusão à ira da “Deusa”, esta representativa do matriarcado, como a mãe terrível devoradora de homens; ela, depois de tragá-los, leva-os ao seio da terra (túmulo).

Encontra-se fundamento para essa expressão mítica a personagem Jocasta, a qual ao ser desposada por seu filho Édipo, pode ser associada a uma das projeções da Grande-Mãe. Sua força magnetizadora desempenha uma espécie de chamado ao eterno retorno, uma volta a um estado de entrega total.

Para a psicanálise, cada um de nossos desejos cotidianos – o prazer sensual de contemplar um quadro ou acariciar o corpo do amado, por exemplo –, cada um desses desejos tenderia, de um ponto de vista teórico, insisto, para a felicidade perfeita de que gozariam dois seres conjugados em Um. O desejo incestuoso, portanto, não é senão uma figura mítica do absoluto, o nome assumido pelo desejo louco de um herói de penetrar sua mãe para encontrar seu ponto de origem nos confins do corpo materno. Para dizê-lo com uma imagem, o desejo incestuoso é o desejo de fusão com nossa terra nutriz. (NASIAO, 2007, p. 26).

Logo, a significativa mistura entre medo e desejo como sentimentos manifestos no masculino, versam o renascimento, pois o túmulo é visto como um santuário, porquanto, o

ímpeto do herói em matar o pai e consumir o desejo incestuoso com a mãe, manifesta os conflitos do indivíduo em voltar ao estado original, que é o da vida uterina.

Descobertas arqueológicas indicam que algumas histórias consideradas “mitos” podem ter fundo histórico, devido a materiais colhidos em sítios arqueológicos mostrarem que havia culto dedicado a “Deusa” num passado remoto, pois na Pré-história, durante as explorações realizadas em Caçal Hüyük foram encontrados em 60 cavernas paleolíticas, símbolos visuais sagrados da “Deusa”, além de outros artefatos artísticos de prevalência feminina. Patrícia Ingrasiotano (2018) referencia este período, anterior à escrita, como Paleolítico e Neolítico. Mas, precisamente na era Neolítica, a “Deusa” mãe revela o princípio feminino, a que gera a vida, rememorando o mito do eterno retorno, haja vista sua ligação com a terra e os mistérios da morte. E, neste momento da história, de acordo com a autora, a vida envolta à natureza foi desenvolvida pelas mulheres.

De acordo com o estudioso Gordon Childe (1981), na fase Neolítica, além da passagem à agricultura, o período foi originalmente revolucionário, pois as mulheres difundiram a cultura por meio de várias técnicas, tais como fabricação de artefatos em cerâmica, fição e domesticação de animais, bem como a aquisição dos conhecimentos medicinais de ordem caseira, estes transmitidos a gerações ao longo dos tempos.

A mulher era divinizada por conceber a vida e dada a essa importância, ela vivia em liberdade, transmitindo práticas culturais coletivas aos grupos de mulheres no acúmulo do tempo. Entretanto, omite-se que as formas de vidas ligadas a atividades como caça, a agricultura, pesca e domesticação de animais tenha sido realizada pelo feminino neste período.

Conforme enuncia Lerner (2019, *apud* ELIEZER), no matricentrismo a mulher era elevada a categoria do sagrado, tanto por sua condição de procriadora, quanto por seu envolvimento com a terra, esta como símbolo ritualístico da vida. E nesse período não havia hierarquizações de gêneros, no entanto, busca-se de todas as maneiras sentido para a negação do feminino, e uma que consolida a soberania de dominação e o controle patriarcalista é negar a ligação das mulheres com o cultivo da agricultura, nomeando essa atividade como cultura masculina.

Outra explicação elucidativa da importância do feminino ainda nessa época e sua mediação com a experiência conflitante do ser humano com a morte, são as expressões artísticas ligadas à “Deusa”, nos rituais mortuários, as quais revelam aproximação dos povos desse período com a morte, como algo naturalmente aceito.

Ambos os aspectos apontados, a arte e suas ligações com a mitologia, assim como as atividades ritualísticas coletivas, refletem a visão de mundo dos antigos. Uma cosmovisão cuja prerrogativa é o corpo feminino sagrado, por ser esse gerador/tomador da vida. Dito de outro modo, o útero da Grande Mãe, do qual se nasce e ao qual se volta para nascer. (INGRASIOTANO, 2018, p.81).

Nessa transcendência a mulher foi consagrada à Deusa, por ser a geradora da vida, não só no sentido de uma experiência natural, mas espiritual. De modo que, nos mistérios de Elêuses, os festivais religiosos em honra a Deméter, como divindade dos cereais e da fertilidade, não se limitavam à apenas recordar o rapto de Core, mas também celebrar o ciclo da vida e da morte.

Para Neumann (2021), a mulher, antes de representar-se como fonte da vida, também vivencia esse processo. Semelhante a figura da Deusa, o feminino está relacionado à ideia de um ser gerador de tudo que há no mundo natural, incidindo inclusive à cultura. Neste sentido, o mito de Deméter representa a natureza materna, pois a deusa simboliza a face da mãe que é capaz de gerar e nutrir a vida, cujo aspecto materno se consuma na relação com a filha, Core/Perséfone, configurando a vida, esta ligada aos ciclos da terra e às estações do ano.

De acordo com Andrea Hallwass (2003), mãe e filha mantém um vínculo afetivo que perpassa ao grupo de mulheres, reforçando a relação primordial entre elas. Mas entende-se, por meio do mito do rapto, o rompimento dessa sacralização, havendo assim, a anulação da cultura matriarcal e a implantação da cultura patriarcal e seu domínio sobre o feminino.

Bachofen (1861) procurou traçar a evolução do patriarcado, como aniquilador da cultura matriarcalista, há aproximadamente de 10 a 12 mil anos. O autor defende em sua pesquisa que foram as mulheres, mães, as principais iniciadoras da agricultura, pois conheciam os processos produtivos das sementes e os tempos da natureza. Igualmente, elas detinham o poder político, encarregando-se da pacificação da sociedade, quando esta entrava em conflito. De modo que naquele período a natureza era respeitada e venerada como parte sagrada da vida em sociedade.

Após o mundo ser dominado pelos homens, no que diz respeito à exploração da natureza, em seu sentido amplo, houve a anulação da mulher como 'Deusa', símbolo da cultura e da vegetação. Assim, ao se sobrepor à cultura matriarcal, o masculino impôs seu domínio, negando a cultura já em desenvolvimento pelas mulheres, como meio de inferiorizá-las.

3 | A ILEGITIMIDADE DA IDENTIDADE FEMININA

Instaurada a sociedade de classes, as mulheres perderam completamente sua elevada posição adquirida na era primitiva e, por isso, mesmo nos tempos modernos, de acordo com Evelyn Reed (2018), a maioria delas desconhece a causa dos seus problemas, estes, instaurados pela dominação masculina, conquanto, foram os homens que subscreveram as regras restringindo a liberdade feminina, de forma a destituí-las de capacidades intelectuais, destinando-as ao papel de dona de casa e cuidadora dos filhos. A esse respeito, Reed (2008, p. 34-40) expõe:

A história se explica assim: a mulher tem que ficar em casa porque tem que cuidar dos filhos, e, portanto, seu lugar é o lar. Como “corpo doméstico” naturalmente representa desde o ponto de vista social, “um zero”, o “segundo sexo”. Enquanto os homens se sobressaem na vida econômica, política e intelectual representam um sexo superior. A descoberta dominante do papel da mulher na sociedade matriarcal primitiva destrói esse mito capitalista. A mulher da época selvagem dava a luz a seus filhos e ficava livre, independente e representava o centro da vida cultural e social. [...]. Em nossa sociedade a principal razão que leva a justificar a inferiorização da mulher é sua condição de procriadora.

Desde antes da firmação do capitalismo, nas relações de classes, o feminino já havia perdido a legitimidade de sua identidade, uma vez que a maternidade passou a ser considerada moeda rentável, colocando a mulher numa posição animalésca, acentuando sua posição inferior. E, enquanto os homens continuam assumindo posições elevadas nas mais diversas relações sociais negam às mulheres esse direito, de maneira que as poucas a ocuparem o mesmo espaço na vida social são discriminadas de alguma forma.

A autora Raquel Gutiérrez (1985) comenta que nas sociedades em que há divisão de classes e sexos, a cultura é um entrave para a conquista de direitos na relação de gêneros, pois ao comparar, por exemplo, a vida das meninas a dos meninos, percebe-se que desde cedo as meninas são ensinadas a imitarem as mães; as brincadeiras, as tarefas domésticas e o modo como aprendem a se arrumar, tende a uma única finalidade: agradar os homens. Já os meninos sempre foram livres para se aventurar em brincadeiras que os façam extrapolar suas emoções, além de aprenderem desde cedo que a mulher se encontra abaixo dele na aquisição de direitos. De igual modo Gutiérrez (1985, p. 19) esclarece:

Meninos e meninas crescem num mesmo mundo dividido: de um lado os homens, livres, independentes, ativos, fortes, agressivos; do outro as mulheres, servis, dependentes, passíveis, frágeis, impotentes e dóceis. Desde os primeiros anos de sua infância, a menina aprende a conter-se e a ênfase posta em sua aparência a leva não só a aceitar-se, mas a cultivar-se como objeto.

Enquanto a soberania é operante no homem, a mulher, ao sujeitar-se a ele, deixa de se reconhecer como sujeito que possui vida e a concede. Esta perda da autonomia gera conflitos à mulher, cujos sentimentos as fragiliza. Simone de Beauvoir (1980) explica que esse sentimento é gerado no seio familiar, porquanto a menina assume uma posição de indivíduo subalterno, ao receber responsabilidades transferidas pela mãe desde cedo, tendendo a uma vida sem muitas perspectivas. Conquanto, o mesmo destino não é posto ao menino. Essa domesticação a que a mulher se submete e se adapta, mesmo consciente, reforça a dominação do patriarcado sobre a diminuição dos direitos da mulher.

4 | O FEMININO E A LUTA PELA RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE NA SOCIEDADE PATRIARCALISTA

Ao trazer o questionamento sobre a identidade feminina é preciso pensar na dimensão do sentido da palavra, uma vez que a mesma é dinâmica e não se constrói momentaneamente, mas, sim no decurso do tempo envolto de história. Diante disso, é necessário considerar o papel da literatura durante esse processo, tendo em vista que a maioria dos escritores eram e ainda são homens.

Conforme Mary Wollstoncraft (2015), a educação recebida pelas mulheres baseia-se em suas rotinas, de modo que alguns escritores alimentam suas mentes de ideias inequívocas, sobre sua natureza feminina; são lembranças ilustrativas de períodos diferentes de suas vidas, sendo que uma lembrança rememora outra, fazendo-as crer num falso poder baseado em sua feminilidade.

Onde achar força para recorrer à razão e se elevar acima de um sistema de opressão que bombardeia as lindas promessas de primavera? Essa cruel associação de ideias à qual cada coisa conspira para desviar todos os seus hábitos de pensar ou para falar com mais precisão dos sentimentos, recebe novas forças quando [elas] começam a agir um pouco por si mesmas; pois elas então percebem que é somente por meio de exercitar emoções nos homens, que o prazer e o poder são obtidos. (WOLLSTOONCRAFT, 2015, p. 169).

A materialidade corpórea neste caso cede lugar à opressão e ao aprisionamento do “eu” feminino, o que é naturalmente compreensível, no que tesse a educação recebida, já que a mulher é vislumbrada com objeto de desejo e seus corpos vistos como depósito de espermas. E ainda segundo a autora (idem, 2015), na falsa contemplação momentânea à face do poder, sem argumentar, ela aceita a vontade do homem. E mesmo quando se entregam ao amor e não conseguem êxito é porque não encontram em si a superioridade que há no oponente, sendo então classificadas como libertinas.

São muitas as questões que envolvem e rebaixam as mulheres a níveis desumanos, pois, condenadas por sua sexualidade, elas viveram e ainda vivem, presas a um sistema patriarcal opressor, que as priva de seus direitos, motivo que impulsionou o surgimento do movimento feminista, cujo termo empregado primeiramente nos Estados Unidos por volta de 1911, incorreu “movimento das mulheres” ou “problemas das mulheres” no século XIX.

[...] o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as movem em busca da liberdade de seu sexo, o de todas as suas transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminino se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social. (GARCIA, 2015, p. 13).

O feminismo não se resume a um único pensamento e nem é definido em uma única

vertente, mas há várias, isto porque envolve pensadores de todo o mundo, são mulheres e até mesmo alguns homens, que munidos de uma consciência crítica, lutam para desfazer os discursos preconizados pelo inconsciente coletivo que intencionalmente apregoam o masculino como universal, reforçando o androcentrismo.

Interessada em um pensamento de origem, anterior ao patriarcado, que pudesse explicar historicamente a subordinação da mulher, a teoria feminista busca conhecimentos científicos que possam orientá-las.

[...] o teórico Levi- Strauss, na problemática da distinção natureza/cultura, para explicar o que é sexo e gênero: a suposição de haver um feminino natural ou biológico, subsequentemente, transformado numa mulher, socialmente subordinada, com a consequência de que “sexo” está para a natureza ou a “matéria-prima” assim como o gênero está para a cultura ou o “fabricado”. (BUTLER, 2021, p. 74).

Seguindo esse viés, quando se fala em gênero, entende-se que feminino e masculino não se constituem biologicamente, mas culturalmente. Nesse sentido, o psicanalista Robert Stoller (1968) explica em seu livro: *Sex and Gender* que o sexo não é determinante do fator orgânico no homem e na mulher. Sexo está diretamente ligado a fatores biológicos de predisposição genética, e gênero se resume a um conjunto de manifestações, como sentimentos, pensamentos, comportamentos e fantasias relacionados tanto à masculinidade quanto à feminilidade, portanto, não se adquire biologicamente, ao contrário, se constrói culturalmente.

Ainda de acordo com Stoller, ao oposto do que diz Freud, seria o menino, e não a menina, que teria de enfrentar o caminho mais tortuoso com vias de se assentar como ser sexuado; a feminilidade, e não a masculinidade é primária. Portanto, para a teoria feminista, é preciso evidenciar a noção preconceituosa, uma vez que a biologia não determina o comportamento.

São muitos os discursos que permeiam o universo masculino, ditando regras e reforçando o inconsciente coletivo de que a mulher deve viver sob o domínio do homem. Bustos (2020), no livro *Pariremos com prazer*, menciona um exemplo da Bíblia registrado em Gênesis 3:16 que diz: “Com dor darás à luz”. Esse discurso contrapõe algumas teorias de caráter depreciativo, as quais procuram reforçar a ideia de servidão das mulheres na relação de gêneros. Segundo a escritora, são textos mal interpretados como estes, os responsáveis por condenar o feminino a uma vida de trevas. Para tanto, ao entregarem a mente e os corpos para a expiação do pecado original, a mulher passa a ser considerada a única culpada pela queda de Adão, o que não é verdade, não ao menos àqueles que realmente sabem interpretar a bíblia.

Bustos (2020), continua afirmando que, sim, há prazer em parir, e este sentimento contradiz o discurso do medo imposto às mulheres, pois, de acordo a autora (*apud* Bartolomé de las Casas) as mulheres do Caribe, de 500 anos atrás, pariam sem dor. A

veracidade do discurso debatido pela autora tem respaldo em achados arqueológicos, após a segunda Guerra Mundial, cujas informações ficaram ocultas às pesquisadoras (mulheres) por muito tempo.

Voltando as pesquisas de Bustos (2020), o útero e a vagina são uma unidade e as contrações do útero, ao contrário do que dizem, provocam prazer sim, pois correspondem às manifestações do sagrado. E a não exclusividade desse direito leva o masculino a escravizar o feminino através de sua sexualidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mensurar o termo ‘ressignificação’ pretendeu-se chamar à atenção para uma mudança no que tange a uma nova definição da palavra identidade feminina. Primeiramente, porque anteriormente à dominação patriarcal, a mulher gozava de plena liberdade, época em que o feminino não era fragilizado por sua condição sexual.

A inferiorização da mulher, no meio social, deu-se a partir da exploração do trabalho, mais precisamente ao ser instaurada a divisão de classes. Somado a isso, a sacralização da maternidade foi benéfica aos olhos do oponente, significando um meio de impedir as mulheres de seus direitos, como ao próprio controle de si e a participação ativa nas mais altas funções sociais. Estas, como se sabe ainda nos dias de hoje são garantidas aos homens.

Dessa forma, ao entender os caminhos do patriarcado, a respeito do controle tanto físico, como psicológico do feminino, no decorrer da história, foi possível compreender o porquê o inconsciente coletivo alimentou-se com tantos preconceitos. Isso também vale para a mulher, tendo em vista, que muitas desconhecem a verdade camuflada na cultura patriarcal, na qual se inserem, considerando que a domesticação é um dos fatores que contribuem para a insignificância de sua natureza feminina.

Verificou-se por meio da literatura que a desigualdade de direitos do feminino está enraizada na dominação patriarcal, que fundamentado em princípios religiosos, impossibilitou a mulher de governar a si própria, além de limitá-la, ainda nos dias de hoje, da participação das mais importantes atividades sociais. Tendo em vista, que na antiguidade o feminino era livre e venerado por sua condição de gerar a vida.

REFERÊNCIAS

CAMPBEL, J. **Todos os nomes da Deusa**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

CAMPBEL, J. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.

CHILDE, G. **O que aconteceu na história**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores / Círculo do Livro, s/d.

BACHOFEN, J. J. **Das Mutterrecht**, Stuttgart: Verlag von Kraus und Hoffmann, 1861livro

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1980.

BUSTOS, R. C. **Pariremos com prazer**. Belo Horizonte: Luas, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021, 2ª ed.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminino**. São Paulo: Claridade, 2015. 3ª ed.

GUTIERREZ, R. **O feminismo é um humanismo – o sentido libertário da luta da mulher**. São Paulo: Nobel, 1985.

HALLWASS, A. **Reflexões sobre a função psicológica do mito numa abordagem junguiana**. 2003. 93p. Monografia (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2884>. Acesso em: 30 ago. 2021.

INGRASIOTANO, P. M. **Ontologia do Sagrado Feminino: a outra história precisa ser contada**. Curitiba: Appris, 2018.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LENER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

NASIO, J-D. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Tradução André Telles Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NEUMANN, E. **História da origem da consciência**. São Paulo: Cultrix, 2015.

NEUMANN, E. **A Grande Mãe: Um estudo histórico sobre os arquétipos, os simbolismos e as manifestações femininas do inconsciente**. São Paulo: Cultrix, 2021, 2ª ed.

REED, E. **Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

Stoller, R. J. (1984). *Sex and gender: The development of masculinity and femininity*. Londres: Karnac Books. (Originalmente publicado em 1968).

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos das mulheres: o primeiro grito feminista**. São Paulo: Edipro, 2015.